

REPRESENTANDO E TRADUZINDO ATOS DE IDENTIDADE: O CASO DO CARIBEⁱ

REPRESENTING AND TRANSLATING ACTS OF IDENTITY: WITH REGARD TO THE CARIBBEAN



Guilherme Pereira Rodrigues BORGESⁱⁱ
 Mestrando em Estudos da Tradução (POSTRAD – Bolsista CAPES-DS)
 Universidade de Brasília
 Brasília, Distrito Federal, Brasil
 gprborges@gmail.com

Resumo: Este artigo aborda a configuração linguística da região do Caribe, focando principalmente nas ilhas de Santa Lúcia e Jamaica. Com base nas ideias propostas por Robert Le Page e Andrée Tabouret-Keller (1985) sobre identidade e produção de língua, levanta-se questões pertinentes à representação e à tradução de textos literários imbuídos de identidades regionais advindo desses contextos, citando, em específico, o caso do autor santa-lucense Derek Walcott (prêmio Nobel de literatura em 1992) e de sua obra. Para Le Page e Tabouret-Keller (1985), o comportamento linguístico se baseia em uma série de Atos de Identidade em que falantes revelam sua identidade pessoal em busca por identidades sociais. Observar a tradução com base nesse aparato teórico significa que, quando se traduz um texto, se transfere bem mais que vocábulos entre diferentes culturas. Também, se cria uma abertura à ideia de discurso individual e particular como força motora de uma língua e, conseqüentemente, ocorre um afastamento das teorias tradutórias que se baseiam na transferência e na substituição de uma língua por outra e passa-se a ter um conceito menos hermético e fixo de língua, podendo-se, então, abordar a literatura caribenha de uma posição mais privilegiada.

Palavras-chave: Sociolinguística e Tradução. Tradução literária. Atos de Identidade. Derek Walcott.

Abstract: *This paper aims to discuss the linguistic configuration of the Caribbean region, focusing mainly on the islands of St. Lucia and Jamaica. Based on the ideas proposed by Robert Le Page and Andrée Tabouret-Keller (1985) about identity and language production, issues pertaining to the representation and translation of literary texts imbued with regional identities arising from these contexts are considered, citing, in particular, St. Lucian Derek Walcott (Nobel prize for literature in 1992) and his work. According to Le Page and Tabouret-Keller (1985), linguistic behavior is based on a series of Acts of Identity in which speakers reveal their personal identities in pursuit of social identities. To approach translation from this theoretical standpoint means that, when a text is translated, a lot more than words are transferred between different cultures. Also, the idea that individual discourse is the driving force of a language is highlighted and, consequently, translation theories that propose transfer and replacing a language with another are avoided. Thus, a less hermetic and fixed meaning of “language” follows, and it is possible then to approach Caribbean literature from a more informed position.*

Keywords: *Sociolinguistics and Translation. Literary translation. Acts of Identity. Derek Walcott.*

Introdução

A região do Caribe foi um verdadeiro campo de batalha nos séculos XVI e XVII. Nessa época crucial de formação do território caribenho, as forças imperiais tinham que lutar contra os povos nativos, escravos em revoltas, piratas e rivais europeus para garantir as suas

soberanias, fazendo da região um lugar de extrema instabilidade política até os dias modernos. Desse contexto, surge uma cultura regional riquíssima de identidades, cada uma desenvolvida a partir elementos comuns (ocupação europeia, escravidão, migrações), porém, cada uma distinta das outras. Neste ensaio, com base nas ideias de identidade e produção de língua de Robert Le Page e Andrée Tabouret-Keller (1985), se explora a configuração linguística da região do Caribe, focando principalmente nas ilhas de Santa Lúcia e Jamaica, e levanta-se questões pertinentes à representação e à tradução de textos imbuídos de identidades regionais advindos desses contextos.

1. Santa Lúcia e Jamaica: breves considerações históricas

O histórico de alternância de autoridade em Santa Lúcia ilustra bem a instabilidade política e social da região do Caribe a partir do século XVI. As primeiras tentativas de conquistar a ilha foram inglesas, em 1605 e posteriormente em 1639, e não tiveram muito sucesso devido à intensa resistência dos nativos. Em 1651, colonos franceses conseguem se estabelecer com melhores resultados na região onde começam a cultivar gengibre, tabaco e algodão. Porém, em 1663, os franceses se rendem aos ingleses que, com uma guarnição de cerca de 1.000 combatentes, capturam o território com a justificativa de que haviam comprado a ilha dos nativos caribenhos. Novamente, a estadia dos britânicos na ilha foi curta, com seus números drasticamente reduzidos em função de ataques dos nativos e de doenças que se alastravam pela região. Já em 1666 eles haviam deixado Santa Lúcia.

A partir de 1670, ambas Inglaterra e França declaravam Santa Lúcia como suas posses e imigrantes das duas nacionalidades (mas predominantemente franceses) continuaram chegando e se estabelecendo na ilha. Ao longo do século XVIII, expedições militares dos dois países persistiram em tentativas de consolidar sua autoridade política no território. Em meio a essas disputas, a produção agrícola de cacau, café e açúcar crescia na região e, assim, crescia também a necessidade de importação de escravos africanos para trabalhar nas lavouras. Em 1789, foi estimado que a população total da ilha era de 21.778 habitantes dos quais 2.189 eram brancos, 1.588, “de cor” e, 17.992, negros. Em 1814, Santa Lúcia foi cedida formalmente pela França à Grã-Bretanha que governou a ilha até 1967, quando ela se tornou um território independente (LE PAGE & TABOURET-KELLER, 1985, p. 56-58).

Relativamente menos conturbado foi o histórico de ocupação da Jamaica. Antes do início do processo de colonização, a ilha era ocupada por índios aruaques que, após cerca de cinquenta anos de ocupação espanhola, haviam sido dizimados, deixando apenas alguns traços

de sua presença e de sua língua em nomes de lugares, animais e plantas usados pelos espanhóis. Necessitados de mão de obra, os colonos começaram a importar escravos da costa oeste africana, já no começo do século XVI, para trabalharem nas plantações destinadas ao reabastecimento dos navios que circulavam pela região. Os espanhóis tiveram controle da ilha por cerca de 150 anos até os ingleses tomarem posse do território. Como os aruaques, os espanhóis deixaram poucos traços linguísticos de sua ocupação, apenas em alguns nomes de rios, montanhas e cidades.

Após a tomada da Jamaica por forças navais britânicas, em 1655, os ingleses a dominaram por mais 300 anos. Sob controle inglês, a ilha se concentrou no comércio de produtos agrícolas como açúcar e cacau e, com isso, a importação de escravos se intensificou bastante. Estima-se que já no final do século XVII a população branca na ilha era de 9.000 habitantes e, a negra, de 40.000 escravos trazidos da costa oeste africana e, alguns, até de Madagascar. Cerca de cinquenta anos depois, em 1746, enquanto a população branca teve um crescimento não muito saliente, de 9.000 para 10.000 habitantes, o número de escravos mais que dobrou, de 40.000 para 112.000, demonstrando o quanto o tráfico havia se acentuado na região (LE PAGE & CASSIDY, 1980, p. xl-xli; LE PAGE & TABOURET-KELLER, 1985, p. 45-47). A Jamaica se tornou independente do Reino Unido em 1962, em meio a rebeliões de crescente nacionalismo.

Os históricos de Santa Lúcia e Jamaica servem para ilustrar um padrão de disputa territorial que pôde ser observado também em outras regiões caribenhas. São Vicente, Granada, Dominica, Trinidad e Barbados são exemplos de ilhas com tradições coloniais semelhantes às de Santa Lúcia e Jamaica.

1.1. Configurações linguísticas

O desenvolvimento de línguas no Caribe ocorreu em direta relação com a hierarquia das sociedades nos diferentes territórios. No topo da pirâmide social, se tinha os donos das lavouras e os administradores, conduzindo a economia e o governo na língua europeia; na base da pirâmide, estavam os escravos de eito, a princípio falantes de línguas africanas e com menos acesso formal à língua metropolitana.

O que pode surgir de situações de contato como essa é a formação de um pidgin. Pidgins são estados de línguas bastante reduzidos e simplificados que resultam da necessidade de comunicação oral em um contexto específico (comércio, por exemplo) entre dois grupos que não compartilham a mesma língua. Geralmente, os falantes que estão em uma posição de

menos poder se dispõem mais a usar o léxico da língua daqueles em proeminência, mas o que ocorre é uma cooperação para criar convenções estáveis de significados, pronúncia e gramática que sejam inteligíveis e que satisfaçam a necessidades específicas. Le Page e Tabouret-Keller (1985, p. 11) destacam que, nessas situações, a língua se torna um jogo em que os falantes atuam ambos como jogadores e árbitros fazendo uso de suas criatividade para formar novas palavras e arranjos gramaticais.

Quando um pidgin começa a se desenvolver além dos limites restritos de sua criação e se torna a língua nativa de uma comunidade, ele, então, passa a ser denominado como um crioulo. No caso do Caribe (e da América escravocrata em geral), escravos foram trazidos da África e seus contatos com suas línguas nativas foram drasticamente limitados. Para a primeira geração de escravos, é provável que um pidgin tenha se desenvolvido cujo aprendizado veio a ser mais útil à segunda geração do que as línguas nativas dos membros da comunidade. Através de uma série de inovações linguísticas, gradualmente um pidgin se organiza e se expande para abarcar diferentes aspectos da vida, não mais somente o domínio inicial.

34

Além do inglês, que é a língua oficial da ilha, uma das línguas vernáculas mais usadas em Santa Lúcia é um crioulo, kwéyòl, que tem como base lexical majoritariamente de origem francesa. Porém, não se pode dizer que kwéyòl seja uma variação, um dialeto ou, muito menos, uma deturpação do francês. Kwéyòl é uma língua que recebeu influências também de línguas africanas, do inglês, do português, etc. Além disso, nem sempre existe uma relação direta entre uma palavra em kwéyòl e sua fonte em francês. Por exemplo, o substantivo “*lavi*” que deriva do artigo e do substantivo em francês, “*la vie*”, além da concepção primária de “vida”, tem um segundo significado de “uma quantidade de dinheiro”. Quando se diz em Santa Lúcia “*mawi mwen voyé an bon lavi ban mwen*”, se quer dizer que “meu marido me enviou uma boa quantidade de dinheiro” (FRANK et al., 2001, p. 134).

Diferentemente de Santa Lúcia, o crioulo jamaicano tem o inglês como a sua base lexical, que também é a língua oficial de governo do país. Considerando esse fato, vale apresentar a esquematização elaborada por David DeCamp (1971), um dos colaboradores nas pesquisas de Le Page, sobre o contínuo crioulo que pode ser observado na Jamaica.

DeCamp aponta que uma situação que geralmente ocorre em sociedades crioulas é o desenvolvimento de diferentes níveis de discurso que oscilam entre dois extremos. Um dos extremos seria o “acroleto” que é visto com mais prestígio, sendo o padrão local que mais se aproxima do superestrato (a língua base inglês, no caso da Jamaica). No extremo oposto do

contínuo, está o “basileto”, um nível de crioulo mais “profundo”, com mais influência do substrato (no crioulo jamaicano, as línguas das famílias Kwa, Kru e Mandingo do oeste africano) e com menos prestígio. Em alguns casos, a variação entre acroleto e basileto pode ser tão grande ao ponto que os falantes nos diferentes extremos não se entendam. Porém, isso raramente acontece. A maioria das pessoas é capaz de alternar entre essas variantes dependendo de uma série circunstâncias contextuais. Para ilustrar esse fato, DeCamp (1971, p. 28) sugere o exemplo de uma dona de casa que pode fazer um ajuste linguístico na direção do basileto para se comunicar com uma feirante que, por sua vez, pode fazer um ajuste na direção do acroleto ao falar com a dona de casa.

Esse modelo contínuo se apresenta como uma escala social de forma linguística já que um dos fatores que contribuem para a sua formação é o acesso limitado de partes da população jamaicana a variedades mais padronizadas do inglês. Sendo assim, esse fenômeno não é exclusivamente jamaicano e nem caribenho, mas é algo que pode ser observado na língua de qualquer sociedade que se organiza em algum tipo de hierarquia. Em tailandês, por exemplo, refletindo a acentuada estratificação social da Tailândia no passado e no presente, existem sete variações do pronome pessoal “você” que são usadas dependendo dos sujeitos envolvidos e do nível de formalidade exigido em determinado contexto.

35

2. Atos de Identidade

As hipóteses apresentadas em *Acts of identity* (1985) são resultados de 45 anos de pesquisa de Le Page e Tabouret-Keller sobre os aspectos sociais de crioulos e variedades de contato nos antigos territórios coloniais ingleses e sobre o plurilinguismo na França e em seus domínios. No livro, os autores exploram o histórico e o comportamento das comunidades apresentadas neste artigo, além de outras, e exemplificam suas abordagens em relação à produção de língua com base no observado nesse contexto bastante variado linguisticamente.

Há três características principais em comum entre Santa Lúcia, Jamaica e as comunidades diversas onde pesquisas foram realizadas. A primeira é que o comportamento vernáculo da população local havia sido menosprezado e estigmatizado em comparação a um padrão linguístico imposto pelo sistema educacional que era visto como mais aceitável e de maior prestígio social. No caso dos territórios ingleses, a administração britânica chegou a proibir, a partir de 1884, que nas escolas fosse falada ou ensinada qualquer língua além do inglês, com o objetivo de erradicar de vez as línguas crioulas (LE PAGE & TABOURET-KELLER, 1985, p. 52).

A segunda característica se refere à imprevisibilidade do comportamento linguístico dos indivíduos na região, ao contrário de uma “homogeneidade monolíngue” que alguns linguistas e não-linguistas tendem a imaginar que seja a norma global, enquanto que, como no Caribe, uma maioria da população mundial fala ou lida com pelos menos duas línguas em seu dia a dia.

A terceira característica é que as sociedades estudadas estavam em estado de transição, ainda consolidando suas identidades após se desvincularem da metrópole e se tornarem independentes. Nesse contexto, uma das questões mais controversas a serem abordadas é a de qual padrão linguístico passaria a ser prescrito.

Le Page e Tabouret-Keller (1985, p. 181) veem a produção linguística como algo essencialmente idiossincrático. Para os autores, o comportamento linguístico se baseia em uma série de atos de identidade em que falantes revelam sua identidade pessoal em busca de identidades sociais. Em outras palavras, padrões de comportamento linguístico são criados para que se pareçam ou que se diferenciem dos comportamentos dos grupos com os quais indivíduos querem se identificar ou dos quais querem se distinguir.

36

Essas hipóteses representaram um novo paradigma na área da sociolinguística. Ao invés de se atribuir previamente a determinadas comunidades certos marcadores sociais (classe, etnia, nacionalidade, etc.) sem considerar as opiniões e percepções de seus falantes, o modelo de Le Page e Tabouret-Keller (1985, p.15) propõe que o indivíduo, com seus objetivos e aspirações sociais e pessoais, é o centro da evolução de língua: “nos interessamos no que nossos informantes disseram sobre si mesmos e sobre sua língua e em sua língua em si”ⁱⁱⁱ.

3. Produção e tradução literária

Paul Bandia (2007) destaca que o multilinguismo é da natureza do espaço pós-colonial e a realidade de vida de muitos autores para os quais é impossível escrever em um vácuo monolíngue. Considerando as questões históricas, os estereótipos e os preconceitos atribuídos ao uso de língua em suas sociedades, autores pós-coloniais são condenados a fazer da língua um paradigma essencial de seu trabalho: “para esses autores, língua é uma fonte de desconforto, de dúvida, de uma tensão entre total integração à norma metropolitana, de um lado, e uma possível exotização exagerada de sua realidade sócio-histórica, de outro lado” (BANDIA, 2007, p. 205)^{iv}.

O poeta e dramaturgo Derek Walcott, um dos mais proeminentes escritores caribenhos (ganhador do Nobel de literatura em 1992), tem confrontado essas dificuldades desde a publicação de seus primeiros poemas. O autor, nascido em 1930 em Santa Lúcia, tem o kwéyòl como primeira língua e o inglês como língua de toda a sua educação formal. Walcott escreve majoritariamente em inglês com poucas exceções, uma delas é apresentada a seguir. No trecho do poema *Sainte Lucie* (escrito em 1976, sendo que a edição publicada consultada é de 1992), o eu lírico tenta se lembrar e listar em kwéyòl uma variedade de alimentos que se tem na ilha de Santa Lúcia. No final do trecho, ele clama, em inglês, pela volta de sua língua, que parece estar lhe escapando:

Pomme arac,
otaheite apple,
pomme cythere,
pomme granate,
moubain,
z'anananas
the pineapple's
Aztec helmet,
pomme,
I have forgotten
what pomme for
the Irish potato,
cerise,
the cherry,
z'aman
sea-almonds
by the crisp
sea-bursts,
au bord de la 'ouviere.
Come back to me,
my language. (WALCOTT, 1992, p. 310)

37

Entre escrever em kwéyòl ou em inglês, Walcott realiza seu ato de identidade escolhendo o inglês e se justifica pelo fato de que o kwéyòl, para ele, é uma língua essencialmente oral como tantas outras no Caribe. Essa percepção de Walcott tem bastante fundamento. Como só recentemente, com a contribuição da sociolinguística, as variedades caribenhos atingiram um status de língua de fato e as imagens negativas relacionadas a elas começaram a ser derrubadas, muitas dessas línguas demoraram a ser descritas e dicionarizadas de maneira mais sistemática:

o poeta caribenho lida com uma língua que ele escuta, mas que não pode escrever porque não há símbolos para essa língua e porque quanto mais ele aproxima mão e palavra às flexões precisas da língua interna e às austeridades mais sutis de seu ouvido, de forma mais caótica seus símbolos aparecerão na página, quanto menor for o dialeto regional, mais excêntrica será a sua representação, então, o seu papel antigo permanece, o de ser filtro e purificador, nunca perdendo o tom e a força do discurso comum ao usar os hieróglifos, símbolos ou alfabeto do [discurso] oficial. (WALCOTT, 1998, p. 49)^v

Em outra circunstância, Walcott pondera também a escolha entre adotar um discurso em inglês mais padronizado ou em crioulo jamaicano. O texto em questão é a peça teatral *O Babylon!* (levada aos palcos em 1976 e publicada em 1978) que tem como temática a desigualdade de classes na Jamaica pós-independência. A peça narra a história de um grupo local de rastafáris que são forçados a abandonar as terras que ocupavam para a construção de um hotel de luxo. Ponderando sobre como representar o grupo linguisticamente, Walcott (1978, p. 98)^{vi} destaca no prefácio do texto que “jamaicano puro é entendido apenas por jamaicanos”. Além disso, os rastafáris criaram ainda uma língua distinta para si mesmos, “uma poesia oral que demanda tradução para a língua do opressor”. Nesse caso, para Walcott, “traduzir é trair”, o autor faz, então, uma “adaptação” e uma “filtragem” da linguagem rastafári com o objetivo de obter clareza em seu texto em inglês.

Le Page e Cassidy (1980, p. 500-501) destacam algumas das características específicas da linguagem rastafári. Uma delas é a ênfase que se dá ao uso do pronome pessoal nominativo “*I*”, preferido em detrimento do pronome objeto “*me*”, visto como sendo expressivo de servidão e de degradação. O som do “*I*” (presente também na pronúncia /ràstafarái/) é sempre ressaltado no discurso rastafári como símbolo de autoafirmação e, de fato, se apresenta como o elemento principal das alterações que foram feitas pelos membros do grupo a muitas palavras. Determinada sílaba é omitida e se acrescenta o “*I*”: *I-cient, ancient; I-tection, protection; I-rate, create; I-dure, endure*.

Walcott se refere à tradução enquanto representação estética, mas a sua evocação do ato de traduzir nesse modo não muito positivo é relevante e a tradução entre línguas, em seu sentido mais convencional, principalmente a tradução no sentido Caribe para metrópole, que é a mais comum nesse contexto, vale a pena ser considerada a partir da perspectiva do autor.

Anne Malena (2000, p. 9) aponta que o Caribe é tradução. Desde o “descobrimento” e a presença física de Colombo no continente americano, a imaginação europeia foi projetada no espaço e um processo de denominação, interpretação e escrita se iniciou já nas primeiras descrições da região nos diários de Colombo:

as traduções culturais que se seguiram, forçadas por eventos catastróficos como a erradicação das populações indígenas, a introdução da escravidão, a ascensão e queda da indústria açucareira e os empreendimentos coloniais modernos de turismo acarretaram uma mistura inquietante de múltiplas influências, uma impossibilidade de retorno às origens, um processo doloroso de criouliização, migração e emigração, uma diáspora vasta e uma literatura retratando tudo isso. (MALENA, 2000, p. 9)^{vii}

Bandia (2007, p. 216) destaca que a tradução constitui uma atividade em que as tensas relações entre ex-colônias e metrópoles são bastante acentuadas devido às desigualdades de influência e importância entre as línguas. Assim, nesse âmbito, é praticamente impossível atingir na tradução uma reciprocidade ou equilíbrio entre as línguas em jogo, algo que, por exemplo, George Steiner defende. A seguinte passagem do hermeneuta é citada por Tejaswini Niranjana (1992, p. 59) que contesta a concepção dialógica de tradução do teórico ressaltando a “futilidade” dessas colocações quando se considera o assimétrico contexto colonial: “o tradutor cria uma circunstância de troca significativa. As flechas de significação e de benefício cultural e psicológico se direcionam em ambos os sentidos. Existe, idealmente, troca sem perda”^{viii}.

De fato, muitas das formulações teóricas mais difundidas sobre tradução parecem não se adequarem muito bem às discussões pós-coloniais. O paradigma da traição, por exemplo, sempre esteve atrelado aos ideais de “fidelidade” e “equivalência”, bastante debatidos desde quando São Jerônimo introduz, no século IV, um modelo ideal de tradução que seria seguido da idade média à contemporaneidade: a transposição mais fiel possível de um texto de partida (seja ele sagrado ou profano) para outra língua. Nesse modelo, que tem como base o texto intocável da Bíblia, se atinge fidelidade através de uma tradução interlinear: cada palavra do texto de partida teria a sua correspondente na tradução; e cada palavra da tradução seria escrita logo abaixo da palavra à qual ela se iguala a fim de transmitir o “espírito” do “original”.

No contexto do Caribe, essas discussões chegam a parecer triviais já que um tipo bem nocivo de traição pode ocorrer no ato tradutório. Niranjana (1992, p. 58) destaca que essa obsessão com “a ideia de ‘fidelidade’ ao ‘original’ impede a teoria da tradução de pensar na *força* de uma tradução. As conexões íntimas entre, por exemplo, traduções de línguas não ocidentais para o inglês e a hegemonia colonial que elas ajudaram a criar são raramente examinadas”^{ix}.

Novamente, fugindo da bastante difundida regra evidenciada por Venuti (1995) de que trabalhos oriundos de sistemas literários de nações “em desenvolvimento” não são muito traduzidos em países de maior proeminência e que, ao contrário, essas nações recebem muito

mais traduções das línguas mais centrais, as obras dos sistemas caribenhos são mais traduzidas (atuam mais como texto de partida) e esse sistema recebe um fluxo bem menor de traduções (LANG, 2000, p. 11).

Nas circunstâncias em que um texto é traduzido de uma língua caribenha para uma língua europeia, a tradução se apresenta com tendências mais estrangeirizadoras, ou seja, busca-se manter na tradução os valores linguísticos e literários do texto estrangeiro, ressaltando as diferenças culturais entre os sistemas em questão. Venuti (1995, p. 20) afirma que esse tipo de tradução “pode ser uma forma de resistência contra o etnocentrismo e racismo, narcisismo cultural e imperialismo”^x, porém, em textos partindo do Caribe, traduções estrangeirizadoras geralmente são feitas com o objetivo de chamar a atenção para a originalidade do crioulo, tão distinto da língua de chegada.

George Lang (2000, p. 15-16) ressalta alguns dos modos principais de como essa exotização pode se materializar. O primeiro e mais visível é o aparato editorial que acompanha, introduz e contextualiza a tradução na cultura de chegada: capa, título, prefácios, epílogos, notas de rodapé e de fim, ilustrações, etc. No nível textual, o discurso caribenho é destacado por sua alteridade e por sua origem não doméstica por traduções bastante literais (palavra por palavra) e pela presença de marcadores não traduzidos, os “crioulismos” que são salpicados pela obra.

Como exemplo, pode-se citar o romance *Dézafi* (1975), do autor haitiano Frankétienne, traduzido/reescrito por ele mesmo do crioulo haitiano para o francês, *Les Affres d'un défi* (1979). Uma das estratégias textuais utilizadas pelo autor/tradutor foi adicionar, na tradução francesa, um glossário de 12 páginas e 125 entradas ao final do texto. Nesse glossário, os símbolos mais importantes de *Dézafi*, principalmente aqueles relacionados à mitologia vodu que faz parte da temática da obra (a mais longa entrada é para a definição de “zumbi”), são explicados claramente de um modo voltado ao leitor internacional. Além disso, apesar de o autor ter evitado galicismos no texto de partida, o texto de chegada, em francês, está repleto de crioulismos.

Louis-Jean Calvet (1987) cunha o termo “glotofagia” para representar as desiguais interações entre línguas metropolitana e colonial, em que a primeira devora a segunda em uma relação de predação. No ato tradutório, isso pode ocorrer de modo bem alarmante considerando que a tradução está longe de ser uma atividade neutra e inocente. Desde a seleção do texto a ser traduzido, escolhido majoritariamente em função dos interesses da cultura de chegada, até a efetivação das escolhas do tradutor na página, a tradução apresenta

um potencial enorme de se tornar uma atividade extremamente hegemônica. Levando em conta que textos literários fazem parte de um sistema cultural e que aspectos sociais não podem ser desassociados da língua e nem da obra, o que se devora não é só a língua colonial, mas, sim, todo o sistema identitário de uma comunidade.

Considerações finais: por uma tradução crioula

Neste artigo, foram explorados partes dos históricos coloniais e a configuração linguística das ilhas de Santa Lúcia e Jamaica, ressaltando como a produção e a tradução literária podem ocorrer nesses contextos, onde o uso e a produção de língua estão atrelados de modo muito íntimo a aspectos políticos, sociais e identitários. Considerando as ideias de Le Page e Tabouret-Keller (1985) sobre como o comportamento linguístico manifesta atos de identidade que revelam as afiliações sociais de indivíduos, quando se traduz um texto, se transfere bem mais que vocábulos e, nessa transferência, está o perigo de subversão da tradução.

Um dos avanços da disciplina dos Estudos da Tradução foi a abertura de horizontes e de abordagens do texto traduzido, antes analisado predominantemente por parâmetros textuais. A sociolinguística faz algo semelhante na área da linguística, considerando fatores históricos, sociais e contextuais em suas análises. Nesse sentido, muito tem a se ganhar da aproximação dessas duas áreas. Por exemplo, um tradutor sensibilizado à dinâmica linguística observada no Caribe estaria em uma posição de melhor estender a problematização de uma obra literária caribenha e uma possível militância por parte do autor não seria apagada ou exotizada na tradução.

Observar a tradução com base no aparato teórico desenvolvido por Le Page e Tabouret-Keller significa uma abertura à ideia de discurso individual e particular como força motora de uma língua. Conseqüentemente, se cria um afastamento das teorias tradutórias que se baseiam na transferência e na substituição de uma língua por outra (a saber, a maioria delas) e passa-se a ter um conceito menos hermético e fixo de língua. Precisa-se dar conta na tradução do fato de que o discurso, sobretudo o pós-colonial e o caribenho, está permeado por várias línguas que, mesmo não estando marcadas morfossintaticamente, como é o caso dos textos do autor santa-lucense Derek Walcott, que prefere o inglês às línguas crioulas em seus escritos, a sua ausência não é realmente ausência.

Então, por exemplo, como traduzir a linguagem rastafári jamaicana com todo o seu engajamento intrínseco, uma linguagem periférica dentro de outra igualmente periférica? É

inevitável que, na tradução, um movimento de universalização, não se perca algo do individual. Aceitar isso parece ser um bom ponto de partida, pois, admitindo que toda tradução acarreta certo grau de traição, pode-se deixar essa questão de lado e partir para uma tentativa de controle dessa traição.

A seguir, seria vantajoso pensar a tradução não como uma transferência de uma língua para outra, com a língua de chegada substituindo (devorando) a de partida, mas como um encontro entre duas ou mais línguas que promove o surgimento de uma nova língua crioula, na tradução. A tradução não é um ato unilateral em que os elementos da língua de partida são transferidos placidamente para a língua de chegada. Ao invés, há um incessante jogo de vai e vem entre os códigos, e o texto traduzido é resultado de considerações e avaliações conjuntas da língua de partida e da língua de chegada. Assim, como a tradução tem uma dupla genealogia linguística, ela tem o potencial de emergir como um terceiro código autônomo.

Indiscutivelmente, as línguas de maior influência, como o português, o inglês, o francês, etc., também tiveram em seus processos históricos de formação encontros e contatos que as moldaram de maneiras particulares. Embora essas línguas “maiores” não sejam consideradas como crioulos (e qualquer tentativa de se fazer isso pode acabar sendo bem polêmica), não há motivos para se achar que seus falantes não possam admitir a mesma criatividade observada na formação de uma língua pidgin ou crioula. Uma abordagem nesses moldes motiva uma busca por estratégias tradutórias e mecanismos linguísticos que vão além da tradução-substituição e da não tradução que perpetua crioulismos.

42

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDIA, Paul. Postcolonialism, literary heteroglossia and translation. In: D’HULST, Lieven; MOURA, Jean-marc; BLEEKER, Liesbeth de; LIE, Nadie (Orgs.). **Caribbean interfaces**. Amsterdam: Rodopi, 2007. p. 203-221.

CALVET, Louis-Jean. **La guerre des langues et les politiques linguistiques**. Paris: Payot, 1987.

DECAMP, David. The study of pidgin and creole languages. In: HYMES, Dell (Ed.). **Pidginization and creolization of languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 13-43.

FRANK, David; CROSBIE, Paul; LEON, Emanuel; SAMUEL, Peter. **Kwéyòl dictionary**. Castries: Ministry Of Education: Government Of Saint Lucia, 2001. Disponível em: <<http://www.saintluciancreole.dbfrank.net/dictionary/KweyolDictionary.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

FRANKÉTIENNE. **Dézafi**. Port-au-Prince: Éditions Fardin, 1975.

_____. **Les Affres d'un défi**. Port-au-Prince: Imprimerie Henri Deschamps, 1979.

LANG, George. Translation from, to and within the Atlantic Creoles. **TTR: traduction, terminologie, rédaction**, vol. 13, n° 2, 2000, p. 11-28.

LE PAGE, R. B.; TABOURET-KELLER, Andrée. **Acts of identity: creole-based approaches to language and ethnicity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LE PAGE, R. B.; CASSIDY, F. G.. **Dictionary of Jamaican English**. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

MALENA, Anne. Presentation. **TTR: traduction, terminologie, rédaction**, vol. 13, n° 2, 2000, p. 9-10.

NIRANJANA, Tejaswini. **Siting translation: history, post-structuralism, and the colonial context**. Berkeley: University of California Press, 1992.

VENUTI, Lawrence. **The translator invisibility: A history of translation**. Londres/Nova York: Routledge, 1995.

WALCOTT, Derek. **The joker of Seville & O Babylon!: two plays**. Nova York: Macmillan, 1978.

_____. **Collected poems, 1948-1984**. Nova York: Noonday Press, 1992.

_____. **What the twilight says**. Nova York: Farrar, Straus And Giroux, 1998.

i Este artigo foi norteado pela Profa. Dra. Sabine Gorovitz, a quem expressei os meus agradecimentos, no âmbito da disciplina Sociolinguística e Tradução ofertada no Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (POSTRAD) da Universidade de Brasília (UnB).

ii Guilherme Pereira Rodrigues Borges: Bacharel em Letras – Tradução/Inglês (2014) pela Universidade de Brasília. Mestrando em Estudos da Tradução pela mesma universidade. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4159373140920624>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

iii “We are interested both in what our informants said about themselves and their language, and in their language itself.” (LE PAGE, TABOURET-KELLER, 1985, p.15) (Todas as traduções aqui apresentadas são de nossa, exceto quando mencionado o contrário)

iv “For these writers language is a source of discomfort, of doubt, of a tension between complete integration within the metropolitan norm on the one hand and a potentially exaggerated exoticization of their own socio-historical reality, on the other.” (BANDIA, 2007, p. 205)

v “the West Indian poet is faced with a language which he hears but cannot write because there are no symbols for such a language and because the closer he brings hand and word to the precise inflections of the inner language and to the subtlest accuracies of his ear, the more chaotic his symbols will appear on the page, the smaller the regional dialect, the more eccentric his representation of it will become, so his function remains the old one of being filter and purifier, never losing the tone and strength of the common speech as he uses the hieroglyphs, symbols, or alphabet of the official one.” (WALCOTT, 1998, p. 49)

vi “pure Jamaican is comprehensible only to Jamaicans (...) When I considered that, within that language itself, the Rastafari have created still another for their own nation (...) The Rastafari have invented a grammar and a syntax which immune them from the seductions of Babylon, an oral poetry which requires translation into the

language of the oppressor. To translate is to betray. My theater language is, in effect, an adaptation and, for clarity's sake, filtered." (WALCOTT, 1978, p. 98)

vii "Successive cultural translations, forced by catastrophic events such as the eradication of Indian populations, the introduction of slavery, the rise and fall of the sugar industry and the modern colonial venture of tourism, have meant an uneasy blending of multiple influences, an impossible return to origins, a painful process of creolization, migration and emigration, a vast diaspora and a literature telling it all." (MALENA, 2000, p. 9)

viii "the translator creates a condition of significant exchange. The arrows of meaning, of cultural, psychological, benefaction move both ways. There is, ideally, exchange without loss." (STEINER apud NIRANJANA, 1992, p. 59)

ix "the notion of fidelity to the "original" holds back translation theory from thinking the *force* of a translation. The intimate links between, for example, translations from non-Western languages into English and the colonial hegemony they helped create are seldom examined." (NIRANJANA, 1992, p. 58)

x "Foreignizing translation in English can be a form of resistance against ethnocentrism and racism, cultural narcissism and imperialism." (VENUTI, 1995, p. 20)

RECEBIDO EM: 1 de outubro de 2016

ACEITO EM: 23 de outubro de 2016